

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) publicou recentemente um parecer sobre o Programa Nacional de Investimentos (PNI 2030), aprovado pelo Governo em janeiro de 2019, onde criticou vários projetos e alerta para a capacidade de implementação do plano de investimentos previsto para o horizonte 2021-2029.

De acordo o CSOP, para além de estar desatualizado face à realidade trazida pela crise pandémica, o PNI 2030 tem investimentos por definir e avaliar, projetos que necessitam de calendarização e orçamentação, faltam-lhe análises de viabilidade financeira e mecanismos de controlo, entre outros.

A notícia divulgada pelo jornal Expresso lembra a urgência desta avaliação numa semana em que foi fechado um acordo europeu que obriga Portugal a executar uma média 6 mil milhões de euros de subsídios anuais entre 2021 e 2029. Se não cumprir, Portugal arrisca perder o dinheiro que receberá da Europa.

A menos de seis meses do arranque do próximo quadro comunitário, a 1 de janeiro de 2021, a avaliação do CSOP considera que “pouco se sabe sobre os primeiros projetos a arrancar; faltam análises de custo-benefício e de viabilidade financeira; não estão estabilizados os calendários, as fontes de financiamento ou os modelos de contratação dos investimentos, nem definidos os mecanismos de acompanhamento deste “megaprograma” de €22 mil milhões de investimentos que juntaram Estado e privados”, pode ler-se no Expresso.

Para os transportes os programas estão formulados “de forma genérica” e alguns excedem “significativamente os montantes de investimento previsto”. Já na área do ambiente ocorre o oposto, nesta área os especialistas alertam para a existência de “alguns programas com valores insuficientes face à dimensão das carências identificadas”. Alguns destes programas versam sobre a categoria de investimentos do Ciclo Urbano da Água, pois está em falta a “vertente da adaptação às alterações climáticas e minimização do risco nos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais”, segundo contributos do Ministério do Ambiente e da

Ação Climática (MAAC), membro do conselho plenário do CSOP. Assim, a avaliação do MAAC considera “manifestamente insuficiente” o valor de 1500 milhões de euros presente no PNI30, valor que fica muito aquém das necessidades de investimento para esse período estimadas em 4 200 milhões de euros.

Acresce que o Conselho considera ser “importante e urgente” avaliar a capacidade de implementação estratégica do PNI30. Por isso recomendam fazer uma “avaliação sistemática da efetiva maturidade dos referidos projetos, bem como da sua viabilidade técnica, económica e financeira, do seu impacto territorial e ambiental e ainda do seu enquadramento orçamental e respetivo modelo de contratação”. Requerem, portanto, “a disponibilização atempada de informação relativa às prioridades de investimento, de modo a permitir que “as entidades públicas responsáveis, e os agentes económicos em particular, se organizem com a devida antecedência face às oportunidades de investimento que se irão abrir progressivamente”.

O Bloco de Esquerda tem vindo a pugnar pela defesa de investimento público como forma de responder à crise (ambiental mas também económica e social), pelo que é importante que o PNI 2030 possa ser um instrumento efetivo de relançamento da economia. Com a crise pandémica, tem ficado bastante claro que há muitas áreas cujo investimento público ao longo de décadas tem sido escasso, como nos transportes públicos ou num Plano Nacional Ferroviário de grande envergadura e que crie uma verdadeira rede no país. O debate que teve lugar na passada legislatura sobre o PNI2030 foi importante, pelo que nesta fase é preciso obter esclarecimentos sobre prazos, planeamento e perspetivas de execução.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:

1. Qual a previsão do Governo de execução dos apoios comunitários para o horizonte 2021 e 2029?
2. Tendo em conta a importância da transição energética e descarbonização da economia, como explica o Governo a crítica apontada pelo CSOP de que na área do Ambiente existam programas com valores insuficientes face à dimensão das carências identificadas, designadamente nos programas do Ciclo da Água Urbano?
3. Face à falta de informação sobre os projetos de investimento, e a ausência de um calendário e a estabilização dos projetos, como pretende o Governo garantir a execução e planeamento dos investimentos para o próximo ano?

Palácio de São Bento, 28 de julho de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)